

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 362

Período: 30/01/2010 – 05/02/2010

GEDES – Brasil

- 1- FAB resgata brasileiros isolados na região de Machu Picchu
- 2- Programação de visita de Lula ao Irã gera polêmicas
- 3- Divergências em torno da revisão da Lei da Anistia
- 4- Haiti I: jornais discutem a participação brasileira na Minustah
- 5- Haiti II: especialistas discutem planos para a reconstrução do país e analisam atuação do Brasil
- 6- Ministério da Defesa pode assumir comando operacional sobre as Forças Armadas
- 7- Programa FX-2 I: governo já teria optado por aeronave francesa
- 8- Programa FX-2 II: Jobim é convidado a prestar esclarecimentos no Congresso Nacional
- 9- Programa FX-2 III: Empresas concorrentes desejam propor novos valores
- 10- Jornal faz balanço das relações entre as Forças Armadas e o presidente Lula
- 11- Ministros da Defesa e dos Direitos Humanos devem prestar esclarecimentos sobre Programa Nacional de Direitos Humanos
- 12- General causa polêmica no Congresso Nacional ao falar sobre presença de homossexuais nas Forças Armadas

1- FAB resgata brasileiros isolados na região de Machu Picchu

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, a Força Aérea Brasileira (FAB) enviou um avião Hércules C-130 para realizar o resgate de cerca de 80 brasileiros que se encontram isolados na região de Machu Picchu, no Peru, devido às chuvas que destruíram o acesso de Machu Picchu ao povoado de Águas Calientes. O retorno do avião da FAB ao Brasil estava previsto para o dia 31/01/10 com paradas para desembarque nas cidades do Rio de Janeiro e de Brasília. Além do resgate, o mesmo avião levará assistência humanitária para a região. (O Estado de S. Paulo – Metrópole – 30/01/10)

2- Programação de visita de Lula ao Irã gera polêmicas

O jornal *Folha de S. Paulo* publicou coluna de Jânio de Freitas no dia 31/01/10 na qual o jornalista questionou a clareza dos projetos estratégicos do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, discutindo a recente programação de uma visita brasileira ao Irã com fins de estreitamento das relações militares. Conforme expôs o colunista, desde a época da Guerra Fria o Irã tem se dedicado ao desenvolvimento militar, atualmente mais na área de tecnologia nuclear do que em aquisições de armamentos. Neste contexto, o estreitamento das relações com o Irã pode ter custos imprevisíveis ao Brasil, tanto no âmbito internacional como institucional. No dia 04/02/10 o jornal *O Estado de S. Paulo* destacou que o diretor da agência iraniana de energia atômica, Ali Akbar Salehi, incluiu o Brasil entre os países que o governo do Irã aceitaria enviar

urânio para ser enriquecido a 20% e, com isso, evitar as suspeitas sobre seu programa nuclear, de acordo com as exigências feitas pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Salehi disse que o Irã está negociando a questão com França e Brasil, o que causou estranhamento e fez com que o chanceler Celso Amorim declarasse que "Em nenhuma das conversas mantidas pelo governo brasileiro com o Irã foi tratada a possibilidade de enriquecimento do minério iraniano no País". Da mesma forma, o presidente das Indústrias Nucleares do Brasil (INB), Alfredo Tranjan Filho, também rejeitou a possibilidade de um convênio nesse sentido, pois a produção brasileira não supre nem sequer a demanda interna para atender as usinas Angra 1, 2 e 3, o que será alcançado apenas em 2015. O presidente da INB disse ainda que o enriquecimento é realizado em uma única etapa, portanto não existe possibilidade nem de ajuda parcial. Segundo jornalista Roberto Godoy, o programa nuclear brasileiro deve chamar a atenção dos iranianos pelo seu baixo custo, pois ao longo de 20 anos o Brasil investiu cerca de 1 bilhão de dólares nessa área e obteve sucesso, enquanto os iranianos já somam cerca de 30 bilhões de dólares em seu projeto e não conseguiram alcançar o domínio do ciclo de enriquecimento de urânio. (Folha de S. Paulo – Brasil – 31/01/10; O Estado de S. Paulo – Internacional – 04/02/10).

3- Divergências em torno da revisão da Lei da Anistia

Conforme os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, submeteu ao Superior Tribunal Federal (STF), dia 29/01/10, parecer no qual se posiciona contrariamente à revisão da Lei da Anistia – que perdoou crimes políticos ocorridos entre 1961 e 1979 –, o que significaria o julgamento e punição dos torturadores que atuaram no regime militar (1964-1985). A revisão do documento foi proposta em 2008, por meio de ação movida pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) que requeria que o STF declarasse que a anistia não se estende a “crimes comuns praticados por agentes da repressão” e divide opiniões no governo; mas, segundo Gurgel, a revisão “romperia o acordo histórico que permitiu a transição pacífica e harmônica no país”. Além disso, ele defendeu que o STF julgue inconstitucional a lei que permite o sigilo de documentos dos arquivos militares, afirmando que “É evidente que reconhecer a legitimidade da Lei da Anistia não significa apagar o passado. Nesse sentido, o estado democrático de direito precisa posicionar-se sobre a afirmação e concretização do direito fundamental à verdade histórica”. Os mesmos jornais informaram ainda a discordância da Advocacia Geral da União (AGU) e a Procuradoria Geral da União (PGU) sobre o assunto. A OAB não admite o fato de se conceder perdão para ‘crimes comuns praticados por agentes da repressão’, enquanto a AGU defende a validade integral da Lei. O parecer emitido pela PGU, no dia 30/01/10, propôs que o STF concomitantemente legitime a Lei e permita o acesso aos documentos históricos para que, deste modo, seja obedecido o exercício do direito fundamental à verdade. Após tomar ciência do fato, o presidente da OAB, César Britto, declarou que considera um equívoco a declaração dada pela PGU, uma vez que, de acordo com o mesmo, com tal posicionamento o país estará legitimando as ações dos torturadores. O *Jornal do Brasil* informou que o STF deverá julgar no primeiro semestre de 2010 a revisão da Lei de Anistia. (Folha de S. Paulo – Brasil – 31/01/10; Folha de S. Paulo – Brasil – 01/02/10, Folha de S. Paulo – Opinião – 01/02/10; *Jornal do Brasil* –

País – 02/02/10; O Estado de S. Paulo – Nacional – 31/01/10; O Estado de S. Paulo – Nacional – 01/02/10)

4- Haiti I – jornais discutem a participação brasileira na Minustah

De acordo com os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, a partir dos terremotos ocorridos no Haiti no mês de janeiro e da situação caótica causada por tais eventos naquele país, uma parcela da população haitiana tem defendido com mais afinco a retirada das tropas militares brasileiras que participam da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (Minustah). A parcela é composta por uma população que vive em estado de miséria na capital haitiana de Porto Príncipe e, em sua maioria, são simpatizantes do ex-presidente Jean Bertrand Aristide, deposto em 2004 e exilado na África do Sul. Alguns afirmam que os brasileiros destruíram as obras construídas por Aristide e nutrem ressentimento pelas operações de pacificação conduzidas pelos militares brasileiros entre 2004 e 2007, quando gangues pró-Aristide foram desarmadas. Entretanto, conforme apurou a *Folha*, as demonstrações de apreço pelo trabalho dos militares superam os movimentos contrários, mostrando que a liderança brasileira na força de paz é, em geral, bem aceita entre a população e que haveria perigo aos militares apenas no caso de uma aliança entre as massas empobrecidas e a elite politizada haitiana. Conforme o chefe da comunicação social do batalhão brasileiro da Minustah, coronel Alan Santos, "Não deixamos de acompanhar atentamente e com preocupação a atuação dos partidários de Aristide, mesmo com a situação de fraqueza deles". Já a presidente do partido pró-Aristide "Família Lavalas" afirmou que "A Minustah não tem sido capaz de responder de maneira adequada ao terremoto. Minha impressão é que as tropas não sabem bem o que fazer". Por outro lado, conforme publicou *O Estado*, em artigo ao jornal norte-americano *The Wall Street Journal*, o embaixador do Haiti em Washington, Raymond Joseph, apelou pela implementação de um plano de ajuda para reconstrução de seus país sob a liderança dos Estados Unidos. O fato gerou polêmicas no Brasil, contrariando a proposta do chanceler brasileiro Celso Amorim, que se referiu ao plano de recuperação haitiano como parte do "plano Lula" e opôs-se à liderança norte-americana bem como à permanência dos mesmos no Haiti a longo prazo, afirmando que é importante que a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Brasil liderem a missão. A *Folha* procurou demonstrar que o batalhão brasileiro (Brabatt) no Haiti, que conta com cerca de 1000 soldados, mantém boas relações com a população haitiana, segundo o coronel Santos, e que o contato direto com os haitianos na atual situação que o país enfrenta é importante. Há um setor de inteligência no Brabatt que é o responsável por manter as boas relações com os líderes comunitários que informam possíveis riscos à segurança e que acompanham permanentemente as manifestações pacíficas que pedem o retorno de Aristide. O mesmo jornal ainda destacou as boas condições em que opera a base brasileira em Porto Príncipe, que conta com militares bem preparados e que passaram por um processo de seleção exigente que envolveu testes físicos e psicológicos e cujo salário sofre um acréscimo considerável, já que a missão de paz no Haiti tem sido prioridade do Exército e do governo brasileiro. Este último já gastou cerca de 700 milhões de reais para manter a participação brasileira na Minustah desde o ano de 2004. Segundo *O Estado*, os últimos 130 dos 1.226 militares brasileiros que

estavam no Haiti no momento do terremoto retornam ao Brasil no dia 05/02/10 e uma nova equipe de 900 militares, já aprovada pela ONU e pelo Congresso brasileiro, deve seguir para Porto Príncipe na próxima semana. A nova tropa auxiliará na manutenção da segurança e na distribuição da ajuda humanitária, entretanto, o comandante das tropas da ONU, o general brasileiro Floriano Peixoto, ainda não revelou o número total de novos soldados que solicitará. O coordenador de Operações Humanitárias da ONU, John Holmes, afirmou que a proposta oferecida pelo ministro da Defesa brasileiro, Nelson Jobim, para alterar o mandato da Minustah, tornando-a não apenas uma missão de manutenção da segurança, mas também uma missão de reconstrução do país, dificilmente será aceita, pois "O mandato da Minustah já é amplo o suficiente e permite uma série de trabalhos. Ampliar ainda mais chegaria a um ponto próximo de tornar o Haiti um país tutelado pela ONU e isso muitos não aceitarão.". O chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Jorge Armando Félix, disse no dia 03/02/10 que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciará na próxima visita a Porto Príncipe um pacote de ajuda para reconstrução do Haiti com medidas que prevêem, por exemplo, a ampliação da coleta de lixo e utilização desse material para produção de energia; auxílio para agricultura; construção de casas populares de baixo custo e reflorestamento de áreas devastadas. O general Félix destacou que existem muitos projetos prontos para serem realizados no Haiti, mas a falta de recursos financeiros impedia sua concretização. "Agora, com essa mobilização mundial, pode ser mais fácil conseguir financiamento para projetos", afirmou. (Folha de S. Paulo – Mundo – 31/01/10; O Estado de S. Paulo – Internacional – 31/01/10; O Estado de S. Paulo – Internacional – 03/02/10; O Estado de S. Paulo – Internacional – 04/02/10).

5- Haiti II – Especialistas discutem planos para a reconstrução do país e analisam atuação do Brasil

O jornal *O Estado de S. Paulo* publicou no dia 31/01/10 entrevista com o professor Salvador Raza, brasileiro que integra a equipe de 14 especialistas da Universidade de Defesa dos Estados Unidos empenhada em desenhar estratégias de reconstrução para o Haiti (bem como para o Afeganistão, Iraque e Iêmen) e instituição que treina funcionários do Departamento de Estado para tal função. Raza afirmou que será necessário no mínimo 1 bilhão de dólares para iniciar as obras no Haiti e previu que cinco anos seria o período para a recuperação do país: "A primeira fase, de segurança humana, recuperação de emergência, vai levar sete meses; para restabelecer o grid de energia e mais a produção e distribuição de comida, dois anos. E restituir a capacidade do Estado de ser autossustentável, só ao fim de cinco anos". O professor destacou que a situação de miséria do país e a estrutura estatal fragilizada agravam a situação e as atividades de recuperação, pois não há ainda um consenso sobre qual a melhor maneira de levar a ajuda humanitária ao país. Para ele, a Minustah necessitaria ser reformulada, adquirindo o caráter de "uma força de construção de estruturas de ordem, não só para impor a ordem. E isso não pode ser feito sem liderança externa. A liderança americana seria natural". Porém, Raza disse que os EUA também possuem outras preocupações, como o Afeganistão, o que gera cautela para assumirem a guarda do Haiti a longo prazo. Sobre o assunto, o mesmo jornal ainda entrevistou o embaixador, ex-ministro da Fazenda e secretário-geral da Conferência das Nações

Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad) de 1999 a 2004, Rubens Ricupero. O diplomata afirmou que “O Brasil contribuiria mais se oferecesse as soluções simples que conhece tão bem: soro caseiro para crianças desnutridas e técnicas agrícolas para clima tropical, via Embrapa”, mas considerou que as tropas brasileiras a serviço da ONU tem feito um bom trabalho. Ricupero ainda disse que é normal que o Haiti tenha se tornado palco para disputas políticas, embora isso não seja ético e as “operações humanitárias devessem passar longe do egoísmo das nações. Mas a busca de prestígio, influência e reconhecimento é uma questão guiada por paixões humanas. E paixões fazem esquecer o objetivo principal, que é assistir as pessoas”. Ricupero ainda disse acreditar que Estados Unidos, França e Canadá, países que possuem as maiores comunidades de imigrantes haitianos, deveriam ser os mais engajados na recuperação do país – com cotas de imigração e tratamento comercial favorável – e que a superioridade norte-americana no plano de reconstrução é objetiva e clara, tendo em vista superioridade econômica, entre outros aspectos. Avaliando a situação brasileira como líder de uma missão da ONU, o embaixador lembrou que o Brasil é apenas o 20º país contribuinte com a ONU em termos de tropas: “Os maiores contribuintes são Paquistão (10.764), Bangladesh (10.427) e Índia (8.757). Inteligentemente, eles usam essas operações como uma maneira de treinar e dar uma visão mais internacional aos seus militares. Mas fico satisfeito de ver que o Brasil tenha se engajado desse modo, apesar dessa bobagemzinha de disputa com os Estados Unidos” e ainda continuou “Talvez o Brasil imagine que tenha recebido um desses protetorados, quando na verdade apenas comanda as tropas da missão”. Sobre as motivações do interesse de Brasil e Estados Unidos, Ricupero afirmou “Você pode dizer que o Brasil aceitou a missão porque queria se credenciar para um posto permanente no Conselho de Segurança da ONU. Uma motivação legítima. Outros países também a têm. Mas está claro que houve também motivação de natureza humanística, de solidariedade. O mesmo acontece com os Estados Unidos. A catástrofe do Haiti não é um problema ao qual a maior potência mundial possa ficar indiferente”. Ricupero afirmou ainda que a atuação da ONU, apesar de todos os problemas, tem feito do mundo um lugar melhor. (O Estado de S. Paulo – Aliás – 31/01/10)

6- Ministério da Defesa pode assumir comando operacional sobre as Forças Armadas
O jornal *O Estado de S. Paulo* e a *Folha de S. Paulo* noticiaram que tramita no Congresso Nacional um projeto de lei complementar, enviado pelo governo no mês de dezembro de 2009, que prevê a criação do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, chefiado por um general de último posto subordinado diretamente ao ministro da Defesa, que poderia decidir sobre promoções e compras das Forças Armadas. Com essa medida o ministro da Defesa teria comando operacional sobre as três Forças, proposta esta que integra parte da Estratégia Nacional de Defesa (END). Segundo *O Estado*, o deputado por São Paulo filiado ao Partido dos Trabalhadores, José Genoíno, afirmou que a lei “propõe dar musculatura ao Ministério da Defesa”, sendo uma “nova cultura que está sendo implantada. É claro que tem uma tradição, uma história de mais de um século e isso para mudar tem resistências”. O projeto de criação de uma secretaria única de compras também implicaria um orçamento conjunto para as três

Forças. Os jornais apontaram tal projeto é uma resposta à posição adotada pela Aeronáutica no episódio da compra de 36 caças para o Projeto FX-2 da Força Aérea Brasileira: a Força apresentou em relatório a recomendação de que o governo adquirisse o modelo Gripen NG, da empresa sueca Saab, enquanto o governo havia demonstrado publicamente preferência pelo modelo francês Rafale, da empresa Dassault. O presidente do Clube Militar, general Gilberto Barbosa Figueiredo, destacou que “Onde há uma concentração grande de recursos financeiros, corre-se o risco do manuseio político da verba” e disse ainda que, no geral, o projeto não tira poder dos militares: “Nessa questão das promoções, por exemplo, o contato hoje é direto entre o comandante da Força e o presidente da República. Com o projeto, entra o ministro da Defesa no meio, mas continua valendo a lei para definir as promoções.” O presidente da Frente Parlamentar de Defesa Nacional, deputado Raul Jungmann, explicou que o projeto foi negociado com as Forças Armadas e que as resistências são mínimas, mesmo porque o plano fornece às Forças poder de polícia, podendo elas atuarem em situações específicas e na revista de “pessoas, veículos, embarcações e instalações, podendo também fazer prisões em flagrante delito em operações de vigilância na fronteira”. (O Estado de S. Paulo – Brasil – 31/01/10; Folha de S. Paulo – Brasil – 03/02/10)

7- Programa FX-2 I: governo já teria optado por aeronave francesa

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, após reuniões em janeiro de 2010 com as três empresas concorrentes no processo de compra dos novos caças para a Força Aérea Brasileira (FAB), Nelson Jobim, ministro da Defesa, encontrou-se no dia 01/02/10 com Annika Markovic, embaixadora da Suécia no Brasil. A Suécia, representada pela fabricante Saab e seu caça Gripen, disputa com a norte-americana Boeing e o seu F-18 e a francesa Dassault que fabrica o Rafale, aeronave favorita na licitação. O encontro foi considerado como uma medida “profilática”, segundo assessores da Defesa, pois no dia 04/02/10 Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República, acolheria as credenciais dos novos embaixadores da França e dos Estados Unidos e esse assunto poderia ser tratado. O orçamento para a compra inicial de 36 aviões gira em torno de 10 bilhões de reais e as aquisições podem chegar a 120 caças. As tentativas de reequipar a FAB estendem-se desde o governo de Fernando Henrique Cardoso, portanto o governo Lula pretende finalizar logo esse processo. Jobim afirmou no dia 01/02/10 que necessita de mais tempo para finalizar o relatório e entregar ao presidente. Em conversa com Nicolas Sarkozy, presidente da França, Lula criticou a inflexibilidade das negociações e o alto da aeronave francesa. Por outro lado, segundo divulgado pela *Folha de S. Paulo*, Lula e Jobim já teriam finalizado a escolha no dia 02/02/10, optando pelo caça francês Rafale, mas a decisão ainda não foi divulgada oficialmente, apenas comunicada ao comandante da Aeronáutica, brigadeiro Juniti Saito, que teria ficado “desolado”, mas acatou o posicionamento político da escolha. O jornal afirmou que embora o preço final do pacote de 36 caças tenha se reduzido de 8,2 bilhões de dólares para 6,2 bilhões, o preço dos caças é superior ao das empresas concorrentes Saab e Boeing, que teriam oferecido os caças, respectivamente, por 4,5 bilhões e 5,7 bilhões de dólares. Além disso, a escolha contraria o relatório de análises técnicas realizado pela Aeronáutica que apontou em seu parecer final a superioridade técnica e financeira da proposta da empresa sueca Saab, deixando o Rafale em último

lugar em cinco dos sete critérios analisados: técnico, logística, compensações tecnológicas/comerciais, geração de emprego e preço. De acordo com a avaliação, o Gripen foi considerado a melhor proposta, especialmente em quatro quesitos: técnico, transferência de tecnologia, geração de empregos e preço. Além disso, seria a proposta que melhor contemplaria o desenvolvimento da indústria nacional. A *Folha* destacou que possivelmente Jobim justificará a escolha a partir dos argumentos de que o F-18 e o Gripen têm componentes fabricados nos Estados Unidos e deixariam o Brasil vulnerável, pois sofreria restrição de venda dos aviões a outros países por conterem peças fabricadas nos Estados Unidos. No caso do caça sueco, Jobim poderá argumentar que o avião "é só um projeto" e possui peças de diferentes países, o que poderia exigir múltiplas negociações para revenda internacional. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 02/02/10; Folha de S. Paulo – Brasil – 04/02/10)

8- Programa FX-2 II: Jobim é convidado a prestar esclarecimentos no Congresso Nacional

Segundo os jornais *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *O Estado de S. Paulo*, o ministro da Defesa, Nelson Jobim, foi convocado pelo Senado Federal para confirmar ou não a opção do governo pela empresa francesa Dassault na compra de 36 caças Rafale para o Programa FX-2 de reaparelhamento da Aeronáutica. Os parlamentares consideraram que a inclinação do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva pela aeronave francesa, externada em setembro de 2009 durante a visita do presidente Francês ao Brasil, deu início a uma crise nos bastidores do projeto FX-2, com a insatisfação crescente da Aeronáutica. Tal fato preocupou os senadores, que são os responsáveis pela aprovação dos recursos para aquisição dos caças. De acordo com o deputado federal e presidente da Frente Parlamentar de Defesa, Raul Jungmann, seria mais correto o presidente seguir o parecer técnico da Aeronáutica, que classificou como primeira opção o Gripen NG, da Saab, seguidos pelos F-18 Super Hornet, da Boeing, e por último, o Rafale, da Dassault. O deputado ainda sugeriu ao ministro Jobim que o Congresso Nacional seja consultado, mesmo sem previsão legal para isso. Já os senadores Eduardo Azeredo, presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, e Renato Casagrande, as informações sobre a escolha dos fabricantes estão imprecisas, por isso a necessidade de esclarecimentos e apresentação do relatório elaborado pela Aeronáutica. Azeredo ainda afirmou que "o governo deve respeitar também o parecer técnico". Já o ministro Jobim afirmou que a decisão ainda não foi tomada e que o processo ainda se encontra no âmbito do Ministério da Defesa. De acordo com a *Folha*, o ministro da Defesa afirmou em nota que as empresas concorrentes ainda poderão enviar dados ao Ministério antes da finalização do processo. (Folha de S. Paulo – Brasil – 05/02/10; Jornal do Brasil – País - 05/02/10; O Estado de S. Paulo – Nacional - 05/02/10).

9- Programa FX-2 III: Empresas concorrentes desejam propor novos valores

Segundo os jornais *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *O Estado de S. Paulo*, a empresa francesa Dassault reduziu o preço de seus aviões Rafale, dando o sinal necessário para que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro da Defesa,

Nelson Jobim, iniciem os procedimentos necessários para anunciar a Dassault como a escolhida no processo licitatório. Por causa disso, a Empresa sueca Saab, preferida pelos militares brasileiros, alertou que a redução de preços por parte da Dassault seria insuficiente, pois a manutenção do modelo sueco ainda custaria menos que a do modelo francês. Já o novo embaixador americano no Brasil, Thomas Shannon, afirmou ter esperança de que a empresa americana Boeing ainda possa ganhar a concorrência para vender os 36 caças à Força Aérea Brasileira (FAB). De acordo com o embaixador, o modelo F-18 Super Hornet tem qualidades que não devem ser ignoradas pelo governo brasileiro e que as supostas preocupações em relação à transferência de tecnologia não se justificam por confiança dos americanos nos brasileiros. Para Shannon, a disputa comercial pela venda dos caças não irá influenciar nas relações dos Estados Unidos da América com o Brasil, França ou Suécia. Contudo, as empresa Saab e Boeing esperam ter a oportunidade de oferecer preços ainda mais baixos, como procedeu a Dassault antes da escolha definitiva. Em coluna opinativa ao jornal *Folha de S. Paulo*, Eliane Cantanhêde afirmou que diversas autoridades negaram a informação de que a Dassault havia sido escolhida como finalista do projeto FX-2. Contudo, a redução no valor final da proposta confirma a preferência pelo modelo Rafale, uma vez que esse foi renegociado depois de fechada toda as etapas de propostas e avaliações. As duas outras empresas almejam a possibilidade de fazer o mesmo, pois, de acordo com Cantanhêde, é desta forma que ocorrem “processos de seleção sérios e justos, de países sérios e justos”. (Folha de S. Paulo – Brasil – 05/02/10; Folha de S. Paulo – Opinião – 05/02/10; Jornal do Brasil – Tema do Dia - 05/02/10; O Estado de S. Paulo – Nacional - 05/02/10)

10- Jornal faz balanço das relações entre as Forças Armadas e o presidente Lula

Segundo o *Jornal do Brasil*, a relação do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e as Forças Armadas tem sido pautada por alguns desentendimentos. O primeiro ocorreu em 2007 quando o presidente interferiu diretamente na prisão de 18 controladores de voo que haviam feito greve de trabalho e fome, o que resultou na paralisação de alguns aeroportos brasileiros. Tal interferência resultou em revolta nas Forças Armadas, o que levou o presidente a voltar atrás, restabelecendo o comando do controle de voo para Aeronáutica. De acordo com coronel reformado Geraldo Cavagnari, especialista em estratégia de defesa, a interferência de Lula foi um grande erro e militares sem disciplina e unidade são um perigo para o governo. O segundo erro com os militares ocorreu no final de 2009 com a criação da comissão da verdade para investigar e punir militares que praticaram tortura durante o regime militar brasileiro (1964-1985). Por fim, Lula requisitou que a Aeronáutica refizesse o relatório sobre os caças a serem adquiridos pelo Brasil sem classificar as aeronaves. Contudo, Cavagnari afirma que a relação entre o presidente e as Forças Armadas é boa, desde a saída do ex-ministro da Defesa, Waldir Pires, que estava à frente da pasta durante o caos aéreo, mas a escolha dos caças Rafale pode interferir negativamente nas relações entre o presidente da República e os militares. (Jornal do Brasil – Tema do dia - 05/02/10)

11- Ministros da Defesa e dos Direitos Humanos devem prestar esclarecimentos sobre Programa Nacional de Direitos Humanos

Segundo os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, os ministros da Defesa, Nelson Jobim, e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, serão convidados pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado para prestar esclarecimentos sobre o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), que foi fortemente criticado por diversos setores da sociedade, como militares e igreja. Os militares posicionaram-se contrariamente à criação da Comissão da Verdade, que deveria esclarecer casos de desaparecimentos políticos durante a ditadura brasileira (1964-1985) e poderia tomar o caráter de “revachismo”, pois pelo decreto, a Lei de Anistia poderia ser praticamente revogada. O problema foi resolvido pela retirada do termo “repressão”. Em coluna opinativa à *Folha*, Cláudio Guimarães dos Santos afirmou que a verdade por trás dos grupos de resistência armada comprova que para muitos deles não havia espaço para o “mito burguês” de democracia e por isso eram poucas as pessoas que a defendia em oposição ao totalitarismo existente dentro desses grupos. Sendo muito mais fácil encontrá-los dentro do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) que optou por lutar pela via parlamentar, e não pelas armas. De acordo com Santos, se buscamos a verdade, esta não pode reduzir diferentes governos e períodos a somente alguns fatos, mas sim a tudo que foi realizado, ou em suas palavras, “(...) se vamos mesmo buscar a verdade, é preciso que o façamos de maneira verdadeira, e não à custa de sofismas que só denotam a paranoia dos que vivem da mistificação”. (*Folha de S. Paulo – Opinião – 05/02/10; O Estado de S. Paulo – Nacional – 05/02/10*)

12- General causa polêmica no Congresso Nacional ao falar sobre presença de homossexuais nas Forças Armadas

Segundo os jornais *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *O Estado de S. Paulo*, as declarações sobre a presença de homossexuais nas Forças Armadas feitas pelo general Raymundo Cerqueira Filho durante uma reunião no Senado Federal, geraram polêmica, principalmente porque o general é candidato a uma vaga no Superior Tribunal Militar (STM). Cerqueira Filho chegou a afirmar que os homossexuais devem ser aceitos nas Forças Armadas somente se mantiverem segredo sobre sua orientação sexual. O ministro da Defesa, Nelson Jobim, procurou minimizar o assunto afirmando que o governo brasileiro está estudando a possibilidade de admitir homossexuais nas Forças Armadas e não será influenciado pelas opiniões do general. Contudo, o ex-sargento Fernando de Alcântara de Figueiredo, que em 2008 tornou público seu relacionamento com o também sargento Laci Araújo, afirmou que tais declarações confirmam a existência de homofobia nas Forças Armadas. Já o Grupo Gay da Bahia optou por enviar uma carta ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva pedindo o veto à indicação do general, caso contrário irá fazer protestos. A Ordem dos Advogados do Brasil, por meio de seu presidente, Ophir Cavalcante, afirmou que “é lamentável que este tipo de discriminação ainda continue existindo nos dias de hoje nas Forças Armadas brasileiras”. Em defesa do general Cerqueira Filho, o presidente do Clube Militar, general da reserva Gilberto Figueiredo, afirmou concordar como o mesmo e que seria difícil para um homossexual obter o respeito necessário dos militares, caso

ocupasse uma função de comando. Por fim, alguns parlamentares não foram receptivos às declarações de Cerqueira Filho e pediram para que ele retorne ao Senado para esclarecê-las, o que a princípio será feito por escrito. (Folha de S. Paulo – Brasil – 05/02/10; Jornal do Brasil – País - 05/02/10; O Estado de S. Paulo – Vida & - 05/02/10)

SITES DE REFERÊNCIA

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil – www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo na íntegra de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a observatoriodefesa@gedes.org.br.

*****Equipe:**

Ana Paula Lage de Oliveira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC/CNPq); Ana Paula Silva (Supervisora, mestranda em História), Diego Barbosa Ceará (Redator, mestrando em História, bolsista FAPESP); Érica Winand (Supervisora, doutoranda em História, bolsista FAPESP); Heed Mariano Silva Pereira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, mestre em Relações Internacionais); Marina Salomão (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Victor Missiato (Redator, graduando em História, bolsista PIBIC/CNPq).